

## A teoria da dependência: estimação do índice de dependência\*

*The Dependency Theory: Estimation of the Dependency Index*

Diana Chaukat Chaib\*\*

---

**Resumo:** Partindo da teoria da dependência, este artigo tem como objetivo contribuir para uma construção metodológica que viabiliza uma análise concreta da condição econômica de países periféricos como os latino-americanos. A pesquisa apresenta a proposta de mensuração da dependência por meio da criação de um índice, para um grupo de países no período que compreende os anos entre 1990 e 2014. Os resultados evidenciaram que o Chile é o país com maior grau de dependência, seguido pela Colômbia e pelo Brasil. Além disso, verificou-se que o nível de dependência em alguns países periféricos aumentou durante a intensificação de políticas neoliberais. Além do cálculo para países periféricos, a pesquisa também propõe o cálculo para um país do centro, como forma de respaldar a metodologia proposta e entender os contrastes existentes entre economias periféricas e economias do centro.

**Palavras-chave:** Dependência. Superexploração. Desenvolvimento. Índice.

**Abstract:** Based on the dependency theory, this article aims to contribute to a methodological construction that allows a concrete analysis of the economic condition of peripheral countries such as Latin America. The research presents a proposal to measure dependency using an index for a group of countries in the period between 1990 and 2014, and the results show that Chile is the country with the highest degree of dependence, followed by Colombia and Brazil. In addition, it was found that the degree of dependence increased in some peripheral countries during the intensification of neoliberal policies. In addition to the calculation for peripheral countries, the research also proposes the calculation for a country in the center to support as a way of supporting the proposed methodology and to understand the contrasts between peripheral economies and economies of the center.

**Keywords:** Dependency. Exploration. Development. Index.

**JEL:** B51. F02. O10.

---

---

\* Submissão: 17/11/2021 | Aprovação: 05/04/2022 | DOI: 10.5380/re.v44i83.83714

\*\* Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil | ORCID: 0000-0001-7775-0828 | E-mail: chaib.diana@gmail.com



## 1. Introdução

No debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ganha destaque a teoria da dependência, que surgiu em meados da década de 1960, buscando compreender e explicar as características do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Essa teoria chama atenção à medida que tenta compreender a reprodução do sistema capitalista de produção como um sistema que cria e amplia as desigualdades, em termos políticos, econômicos e sociais, de modo que a economia de certos países estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras. O interesse dos economistas pelos problemas associados à dependência deriva-se do fato de que esta situação pode provocar consequências negativas sobre a atividade econômica dos países. Sob aspectos mais gerais de bem-estar, pode-se considerar ainda que tais problemas aprofundam a pobreza e a desigualdade social.

Todavia, a realidade da América Latina hoje é muito diferente daquela na qual se desenrolou o debate da dependência. Além da dinâmica interna da sociedade, Franklin (2015) ressalta que essa nova realidade se apresenta em função de mudanças mais amplas no mundo como um todo e marcaram a forma como esses países se inserem no mercado mundial. Por se tratar de uma realidade distinta, fica evidente que, para ser aplicada aos dias de hoje, a teoria da dependência elaborada pelos autores precisa passar por uma análise de seu conteúdo (Franklin, 2015).

Diante disso, é natural que algumas questões venham à tona. Como, por exemplo, em que medida a dependência de hoje se tornou diferente? Ou então, qual dos países periféricos é mais dependente? Qual a trajetória que a dependência tem mostrado nos últimos anos? Com o objetivo de responder estas questões e contribuir para a construção de uma estrutura metodológica dentro do debate marxista para a análise da situação dos países periféricos, esta pesquisa se atém ao lado econômico e concreto da dependência e propõe quantificá-la para alguns países da América Latina e os Estados Unidos, buscando diminuir a abstração dessa teoria e inovar a forma de interpretar essa situação.

Tal como no método dialético, essa pesquisa adota a ideia de que o concreto é ponto de partida e também ponto de chegada, e apresenta a proposta de criação de um índice visando mensurar o grau de dependência econômica dos países. O índice recebe o nome de Índice Agregado de Dependência Econômica (IADE) e, nesta pesquisa, foi calculado para a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa

Rica, Estados Unidos<sup>1</sup>, México e Uruguai, no período que compreende os anos de 1990 a 2014. A escolha dos países, bem como o recorte temporal, limita-se pela disponibilidade de dados da série histórica.

Por meio da retomada da versão inaugural de Marini (2000) da teoria marxista da dependência, investigando como essa condição de dependente impacta o processo de acumulação de capital dentro da lógica dos países periféricos, a principal contribuição desta pesquisa é a constituição do índice como mensuração do grau de dependência econômica de um país e como ferramenta que, por agregar propriedade de comunicação, permite um diálogo mais fluído dentro da teoria.

O artigo encontra-se estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção aborda os fundamentos teóricos pertinentes à construção do índice. A terceira seção apresenta a metodologia adotada, bem como os dados utilizados. A quarta seção apresenta e discute os principais resultados encontrados que sugerem que, na década de 1990, o índice de dependência para o grupo de países estava mais elevado do que na década seguinte.

## 2. A teoria marxista da dependência e seus desdobramentos

A discussão econômica da dependência e seus desdobramentos são apresentados, *a priori*, por Ruy Mauro Marini. Em sua obra intitulada “Dialética da dependência”, o autor recorre à afirmação de Marx (2013), “a anatomia do homem é uma chave da anatomia do macaco” para afirmar que é à luz das formas desenvolvidas mais complexas que podem ser entendidas as formas mais simples ainda não desenvolvidas.

A partir disso, o autor entende a dependência como: “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000). Segundo o autor, a dependência reflete, necessariamente, uma maior dependência ainda, e a superação desse processo supõe a eliminação das relações de produção envolvidas<sup>2</sup>. Há, neste ponto da análise, uma importante ideia marxista: o autor indica que, para que a

---

<sup>1</sup> A inclusão de um país do centro no cálculo será explicada na seção metodológica.

<sup>2</sup> Ainda que Marini (2000) defina a fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como impecável, aponta uma “falta de vigor” em seu trabalho, uma vez que a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência. Isto é, ainda que exista um viés de continuidade entre ambas, estas não são homogêneas.

dependência fosse superada seria necessário romper com o sistema capitalista. Isso faz com que a discussão sobre uma possível superação do subdesenvolvimento e o alcance do desenvolvimento dentro do capitalismo não tenha lógica, uma vez que essas condições são entendidas como desdobramentos próprios do funcionamento desse sistema.

No cenário das relações internacionais, os países latino-americanos desempenham um papel relevante na formação da economia capitalista mundial, principalmente a partir de 1840, momento em que a articulação desses países com a economia mundial se intensifica. Esse período é conhecido pelo surgimento da grande indústria como um marco da consolidação do processo da divisão internacional do trabalho. De acordo com Marini (2000), a criação da grande indústria seria extremamente prejudicada caso não tivesse contado com a participação dos países latino-americanos. Isso acontece porque todo processo de desenvolvimento industrial propõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita que parte da sociedade se especialize em atividades essencialmente industriais. Marini (2000) usa como exemplo o caso da industrialização europeia, na qual o recurso à simples produção agrícola teria causado um bloqueio à especialização produtiva que a grande indústria implicaria. O incremento da classe operária industrial e de toda a população que se ocupava no setor da indústria e de serviços não seria viável caso estas não tivessem usufruído dos meios de subsistência de origem agropecuária que advêm, em grande parte, dos países da América Latina.

Segundo Marini (2000), esse processo acarretou o aprofundamento da divisão do trabalho e da especialização dos países industriais como os produtores mundiais de manufaturas. Em outras palavras, o processo de criação da grande indústria no mundo fez com que os países do resto do mundo estabelecessem contato com os países da América Latina em função da necessidade de produtos agrícolas. É a partir desse momento que a condição de dependência começa a ser tributada aos países latino-americanos.

Todavia, a “utilidade” da América Latina no desenvolvimento do capitalismo não se resume à questão agrícola. Além de facilitar o crescimento quantitativo desses países, a participação dos países latino-americanos no cenário mundial contribuiu para que a acumulação na economia industrial fosse transferida da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, em outras palavras,

o processo de acumulação passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que “só” da exploração do trabalhador.

Esse processo é considerado um dos “braços” da dependência, conhecido como a transferência de valor no plano do comércio mundial. Carcanholo (2013) destaca que esse é um importante mecanismo da situação de país dependente, por meio do qual uma parte do valor produzido na economia periférica não é apropriada nela, mas sim nas economias centrais, passando a integrar, portanto, a dinâmica de acumulação de capital das economias centrais, e não das economias dependentes. Esse processo de transferência de valor ficou conhecido nos termos de Marini (2000) como “troca desigual”.

Segundo o autor:

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada. (Marini, 2000, p. 121)

Esse processo de transferência de valor se dá no momento em que economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média, tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes. Todavia, uma das consequências desse processo de transferência de valor é uma interrupção da acumulação interna de capital nas economias periféricas. O processo de acumulação precisa ser completado e, para isso, mais excedente precisa ser gerado. Esta expropriação de valor é compensada no próprio plano da produção, por meio da superexploração do trabalhador (Amaral; Carcanholo, 2009). É essa a ideia que explica o porquê de a superexploração do trabalho ser considerada por alguns autores um mecanismo de compensação, como veremos logo adiante.

Desse modo, pode-se considerar que uma maior exploração do trabalhador é o que possibilita que a acumulação, nos países do centro, seja transferida da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Segundo Marini (2000), essa lógica evidencia ainda a contradição existente na dependência desses países, e essa

contradição é o que determina as relações produtivas no âmbito capitalista. Isto é, para que haja aumento do excedente produzido nas economias periféricas, que posteriormente será apropriado pelo centro, ocorre a superexploração da força de trabalho. Nas palavras do autor, a superexploração pode ser compreendida como uma “maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade” (Marini, 2000, p. 160).

De acordo com Marini (2000), o aumento da mais-valia é o efeito de uma maior exploração do trabalhador, e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia absoluta, ou seja, um aumento do tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do seu limite normal, por meio do qual esse consumo se converteria em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente. Martins (2018) evidencia que isso se dá em função da forma como os países periféricos são inseridos no ciclo de reprodução do capital na economia mundial. A burguesia dos países dependentes, por ser inscrita de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, acaba por recorrer à maior exploração do sujeito trabalhador como forma de compensar as transferências de mais-valia determinadas pelo monopólio tecnológico dos países do centro. Além de Martins, autores como Carcanholo e Amaral também entendem a superexploração da força de trabalho como um mecanismo de compensação.

Esses três elementos, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a exclusão de parte do trabalho necessário ao sujeito explorado para repor sua força de trabalho; caracterizam um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador, e não do incremento da sua capacidade produtiva. Essa ideia, além de ser condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia dos países latino-americanos, diz respeito também aos tipos de atividades que ali são realizadas.

Nessas circunstâncias, a atividade produtiva consiste no uso extensivo e intensivo da força de trabalho, uma vez que isso possibilita uma baixa composição-valor do capital que, somado com a intensificação da exploração do trabalho, culmina em uma elevação de mais-valia e das taxas de lucro para os capitalistas.

Em outras palavras, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e, por isso, correspondem à superexploração do trabalho.

Até aqui, apresentamos a transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio mundial e o mecanismo que ocorre como forma de compensar essa perda de valor, a superexploração do trabalho. Todavia, diante das características atuais de aprofundamento da desregulamentação e abertura financeira, deve-se ainda destacar o funcionamento de outros mecanismos de transferência de valor, além do próprio comércio internacional de mercadorias.

Autores como Amaral e Carcanholo (2009) evidenciam que parte do excedente gerado nos países periféricos pode ser enviada para os centros por outras vias, e esse mecanismo se dá por meio de lucros, juros, patentes e royalties. De acordo com Pereira (2017), essa remessa de mais-valor por outras formas das economias dependentes para as centrais são, em parte, as operações do governo, nas quais este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora.

Diante de tudo que foi exposto, podemos considerar que a dependência se apresenta a partir de três ramificações principais: a transferência de valor no plano do comércio mundial, a remessa de valor sob outras formas e a superexploração da força de trabalho. O entendimento desses pontos é importante porque cria ambiente para a próxima seção, na qual se apresenta a metodologia adotada na construção do índice.

### **3. Metodologia**

Quando o economista indiano Amartya Sen foi convidado pelo paquistanês Mahbub Ul Haq com o desejo de criar um indicador sintético que fosse capaz de fornecer uma espécie de mensuração do desenvolvimento que não fosse “cega” em relação aos aspectos sociais da vida humana, a oposição de Sen já era de se esperar. Para o indiano, desenvolvimento seria justamente a expansão das liberdades substantivas e, sendo assim, um indicador sintético não seria uma boa representação. Todavia, Mahbub Ul Haq acreditava fielmente que um índice desse tipo seria viável, já que iria suscitar mais interesse pelas demais variáveis que o

indicador não engloba. Foi assim que nasceu o Índice de Desenvolvimento Humano (Veiga, 2010).

Nesta pesquisa também consideramos que a dependência, no sentido *lato* da palavra, assim como a definição de desenvolvimento para Sen, envolva muito além de aspectos econômicos. Este fenômeno aparece interligado a aspectos históricos, geopolíticos, culturais e sociais. Se fôssemos adotar a linguagem seniana, poderíamos definir a dependência como multidimensional. Todavia, os métodos utilizados para a análise da dependência são congêneres e, além disso, a discussão marxista em si apresenta um nível de abstração elevado. Por esses motivos e, à luz da literatura, torna-se instigante a busca por uma quantificação da dependência seguindo seus aspectos econômicos a fim de, assim, propor uma tentativa de diminuição da abstração dessa teoria. Essa mensuração se faz relevante ao passo que, até o momento, inexistia um parâmetro para a situação de dependente de uma economia. Ao tornar a dependência economicamente mensurável, o objetivo engloba, seguindo a ideia do paquistãoês, o despertar de um olhar mais crítico para o fenômeno em seu sentido amplo ao suscitar interesse pelas demais variáveis desse fenômeno. Vale ressaltar ainda que, como a metodologia aqui proposta representa um primeiro passo no que diz respeito à quantificação da dependência, esta pesquisa se ateve aos aspectos de uma das primeiras versões da teoria, proposta por Marini (2000). É fato conhecido que a partir da elaboração do autor, desenvolveu-se um longo debate, ficando estas versões para uma pesquisa futura.

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é contribuir para a construção de uma estrutura metodológica dentro do debate marxista para a análise da situação dos países dependentes e periféricos. Para isso, esta pesquisa mensura a dependência econômica de alguns países da América Latina e dos Estados Unidos, no período que se estende de 1990 a 2014<sup>3</sup> e, assim, diminuir o nível de abstração da teoria marxista da dependência preenchendo ainda uma lacuna metodológica. A fim de tornar viável essa quantificação econômica da dependência, a pesquisa propõe a criação de um indicador agregado, que se fundamenta nos pressupostos da teoria. Para tanto, o índice foi composto de subindicadores que representam os componentes da dependência, apontados pela literatura. A ideia é que essa medida,

---

<sup>3</sup> Para alguns países, o índice foi mensurado a partir do ano de 1992 ou em uma frequência bienal. Isso foi um fator determinado pela disponibilidade da série histórica de dados.

além de proporcionar um parâmetro do grau de dependência dessas economias periféricas, possibilite ainda uma forma de comunicação mais fluída dentro da teoria. Isto significa que o IADE é uma ferramenta de comunicação que carrega consigo as propriedades de clareza e simplicidade.

Os países selecionados foram: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos, México e Uruguai. Inicialmente, o índice seria feito somente para os vinte países que compõem a América Latina. Todavia, dessa totalidade de países foram filtrados estes sete, devido à disponibilidade e à limitação dos dados dentro do mesmo período, 1990 até 2014, e da mesma fonte de dados, priorizando dados calculados sob a mesma metodologia. Ainda que os autores da teoria apontem que os mecanismos da dependência operam somente em países periféricos, considera-se relevante o cálculo do índice para um país do centro, ao passo que, por meio disso, torna-se possível verificar se o índice proposto está, de fato, medindo a dependência econômica. Assim, o Estados Unidos foi escolhido em função de ser a maior potência econômica mundial e o símbolo do capitalismo, ou seja, é uma representação concreta dos reflexos do sistema capitalista no processo de acumulação do capital e funcionamento da economia.

Sobre a escolha dos subindicadores, vale ainda destacar alguns pontos. Quando da dificuldade de observar diretamente o próprio fenômeno em sua totalidade, optou-se por observar os efeitos dele. Tomemos de exemplo o componente da superexploração da força de trabalho. Como observar o fenômeno apenas por meio da variação de jornada de trabalho não iria suprir as análises, foram considerados também alguns efeitos, tais como: índice de incidência de pobreza, índice de Gini e expectativa de vida da população, em uma tentativa de preencher as lacunas.

Diante do que foi apresentado até o momento, o quadro a seguir sintetiza algumas informações importantes, como quais as dimensões da dependência representadas no índice, quais subindicadores foram utilizados, se os subindicadores representam o próprio fenômeno ou o efeito, qual a ponderação e qual a fonte dos dados (Quadro 1).

**Quadro 1 – Índice agregado de dependência econômica**

Componente	Observado	Subindicador	Fonte dos dados	Ponderação do subindicador	Ponderação do componente
Transferência de valor no plano do comércio mundial	Efeito	Exportações de baixo e médio teor tecnológico (% das exportações de produtos manufaturados) = 1 - exportações de alta tecnologia (% das exportações de produtos manufaturados)	Banco Mundial	0,33	0,33
Remessa de mais valor sob outras formas	Fenômeno	Remessa de juros, lucros e dividendos (% do PIB)	Base de dados e publicações estatísticas da CEPAL <sup>4</sup>	0,33	0,33
Superexploração da força de trabalho	Fenômeno	Δ % das horas trabalhadas por pessoa ocupada	Angus Maddinson	0,0825	0,33
	Efeito	Esperança de vida ao nascer (%)	Banco Mundial	0,0825	
	Efeito	Índice de Gini (%)	Banco Mundial	0,0825	
	Efeito	Índice de incidência de pobreza em até US\$3,20 por dia (% da população total)	Banco Mundial	0,0825	

Fonte: elaboração própria.

A forma proposta para a determinação do *IAD* pode ser observada a seguir:

$$IAD_{it} = \sum_{k=1}^k \mu_k \cdot I_k, \quad IAD_{it} = f(I_1, \dots, I_k), \quad 0 < IAD_{it} < 1, \quad (1)$$

em que  $k$  é o número de subindicadores ( $I$ ) relevantes para a composição da dependência ( $i$ ) no país de análise, no período ( $t$ ). Para obter essa medida sintética da situação de economia dependente, em cada país, seria interessante então agregar o conjunto de subindicadores para cada economia. Dessa forma, o *IAD* do país  $i$ , seria calculado pelo somatório ponderado dos subindicadores ( $I_k$ ) que o compõem, no ano em questão ( $t$ ).

<sup>4</sup> Para os Estados Unidos, este dado foi retirado da base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os demais dados deste país foram retirados da mesma base de dados dos países latino-americanos.

Como apresentado no Quadro 1, optou-se pela mesma ponderação para cada subindicador. A atribuição de pesos iguais para todos os subindicadores deve-se ao fato de que determinar maior ou menor grau de importância especificamente para um seria algo, a princípio, completamente aleatório. Dessa maneira, um *IADE* composto, por exemplo, por dois subindicadores, cada subindicador teria um peso igual 50%; em um *IADE* composto por quatro subindicadores, cada um teria peso igual a 25%, e assim sucessivamente.

Os dados foram colocados dentro de um intervalo fechado de 0 a 1. Ou seja, para cada série temporal utilizada, foram encontrados o valor máximo e o valor mínimo da série e, posteriormente, as demais observações foram calculadas com base nessa variação. Essa padronização foi adotada no cálculo do IDH e garante que as observações estejam necessariamente no intervalo [0,1] e, assim, são evitadas distorções na dimensão do indicador. A interpretação do *IADE* segue a mesma lógica da interpretação do Gini, na qual zero (0) representa nenhuma dependência econômica e um (1) representa total dependência.

A fórmula adotada para padronização dos dados é a seguinte:

$$V_{pad} = \frac{V_{obs} - V_{min}}{V_{max} - V_{min}} \quad (2)$$

na qual  $V_{pad}$  é o valor padronizado,  $V_{obs}$  é o valor observado (dados extraídos inicialmente),  $V_{min}$  é o valor mínimo da série e  $V_{max}$  é o valor máximo.

A esperança de vida ao nascer (em anos) foi o único indicador, de todos os utilizados, que seguiu uma fórmula de padronização diferente da forma proposta acima. Isso se deu pelo fato de que, assim como as exportações de alto teor tecnológico, também se considera que uma maior esperança de vida ao nascer sinalize uma redução da dependência. No entanto, como com esse indicador não é possível adotar a mesma medida proposta para as exportações (usar o valor complementar da série), foi utilizada a seguinte fórmula de padronização:

$$V_{pad} = \frac{V_{m\acute{a}x} - V_{obs}}{(V_{m\acute{a}x} - V_{m\acute{i}n})} \quad (3)$$

De uma maneira geral, é como considerar que as variáveis que contribuem no sentido de aumentar a dependência seguem a padronização proposta na equação (2), enquanto as variáveis que exercem efeito no sentido de diminuir a dependência seguem a padronização proposta na equação (3).

tendo esclarecido quais os dados utilizados e a forma proposta para o cálculo do *IADE*, restará a tarefa de apresentar os resultados encontrados para os países.

#### **4. Resultados e discussões**

As mudanças no cenário internacional indicavam profundas transformações na esfera doméstica dos estados nacionais e, principalmente, das nações em desenvolvimento (VADELL, 2006). De forma geral, a década de 1990 pode ser caracterizada, na América Latina, como um período em que os países dessa região retomaram o acesso ao circuito financeiro internacional, de forma que a restrição de liquidez e de financiamento externo que marcou a década anterior foi revertida (Painceira; Carcanholo, 2002). Esse processo de reinserção das economias periféricas no contexto da globalização financeira, por meio da liberalização dos fluxos financeiros externos gerou uma forte entrada de capitais na região nesse período, acarretando uma tendência de apreciação cambial nesses países, fenômeno intensificado pela adoção de políticas de estabilização sob um regime de âncora cambial. Painceira e Carcanholo (2002) ressaltam que a adoção desse regime, no contexto de liberalização financeira dos capitais internacionais, inviabilizou a autonomia da política econômica dos países que adotaram tanto a âncora cambial quanto a abertura do sistema financeiro.

No que diz respeito à política monetária e financeira, isso se reflete na perda de autonomia na determinação da taxa de juros e dos preços dos ativos domésticos, configurando um cenário de dependência do fluxo de capitais externos. De um lado, a política deve manter um diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, visando atrair os capitais externos. Esse mecanismo acaba privando o país de determinar a taxa de juros com objetivo interno, como, por exemplo, geração de renda e emprego. Por outro lado, o próprio comportamento especulativo do fluxo internacional de capitais tende a reduzir os graus de liberdade no manejo da política monetária e financeira (Painceira; Carcanholo, 2002).

Diante disso e, tendo detalhado a metodologia na seção anterior, o objetivo desta seção é apresentar os resultados obtidos para cada país. Vale ressaltar que a grande contribuição desta pesquisa está na construção do índice agregado de dependência econômica, na qual foram centrados os maiores esforços. Sendo

assim, esta seção apresenta os resultados obtidos acompanhados de uma breve discussão.

A Tabela 1 apresenta o índice de dependência calculado para o grupo de países.

**Tabela 1 – Índice agregado de dependência econômica (IADE)**

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Costa Rica	Estados Unidos	México	Uruguai
1990		0,672	0,649					
1991						0,249		
1992	0,448	0,631	0,608	0,596			0,518	
1993	0,456	0,667						
1994	0,459		0,618		0,466	0,266	0,495	
1995	0,478	0,593			0,474			
1996	0,459	0,584	0,561	0,596	0,485		0,533	
1997	0,486	0,580			0,438	0,256		
1998	0,465	0,568	0,534		0,303		0,399	
1999	0,448	0,566		0,596	0,237			
2000	0,442	0,509	0,547	0,577	0,313	0,240	0,434	
2001	0,459	0,508		0,597	0,403			
2002	0,486	0,515		0,573	0,395		0,433	
2003	0,519	0,547	0,596	0,574	0,337			
2004	0,493	0,525		0,587	0,363	0,286	0,399	
2005	0,495	0,516		0,586	0,332		0,450	
2006	0,505	0,509	0,746		0,300		0,406	0,487
2007	0,482	0,505			0,281	0,281		0,487
2008	0,460	0,507		0,613	0,327		0,429	0,496
2009	0,439	0,463	0,613	0,584	0,311			0,480
2010	0,472	0,500		0,588	0,319	0,332	0,416	0,496
2011	0,465	0,496	0,575	0,600	0,319			0,483
2012	0,450	0,467		0,568	0,310		0,428	0,524
2013	0,427	0,447	0,521	0,544	0,294	0,346		0,472
2014	0,430	0,456	0,483	0,525	0,351		0,443	0,503
<b>Média</b>	0,466	0,536	0,587	0,582	0,350	0,282	0,445	0,492

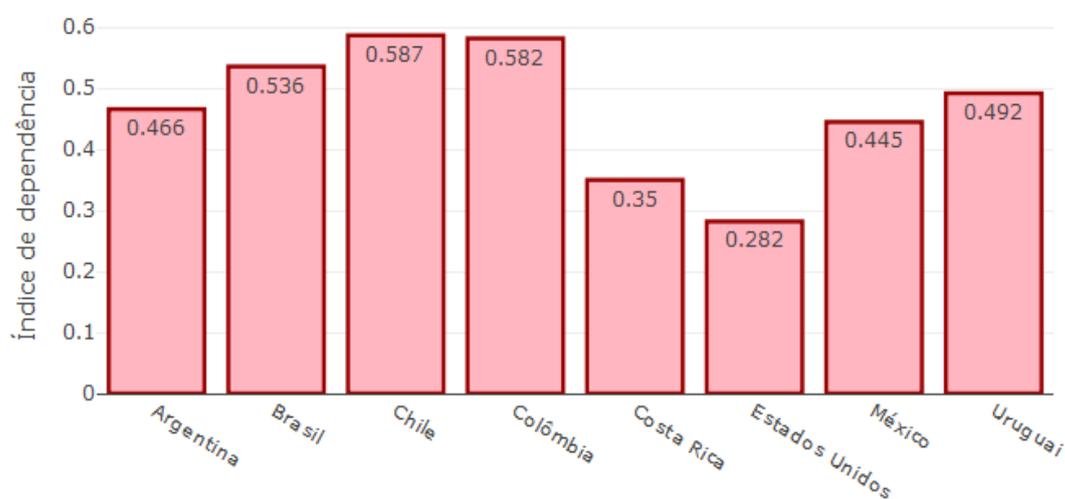
Fonte: elaboração própria.

De acordo com os dados da Tabela 1, verifica-se que, para os países da América Latina, o grau de dependência termina em 2014, menor do que no começo da década de 1990. Essa observação é importante porque nos sugere uma primeira consideração sobre a dependência nesses países, isto é, existe uma tendência de

queda da dependência econômica nos países periféricos durante o período que compreende 1990 a 2014. Em particular, os resultados dos Estados Unidos evidenciam que o patamar de dependência econômica deste país situa-se abaixo da linha dos países periféricos. Este era um resultado esperado, já que os Estados Unidos se estabelecem como um país do centro que, por possuir maior composição orgânica de capital, acaba por se apropriar da mais-valia originada nos países periféricos.

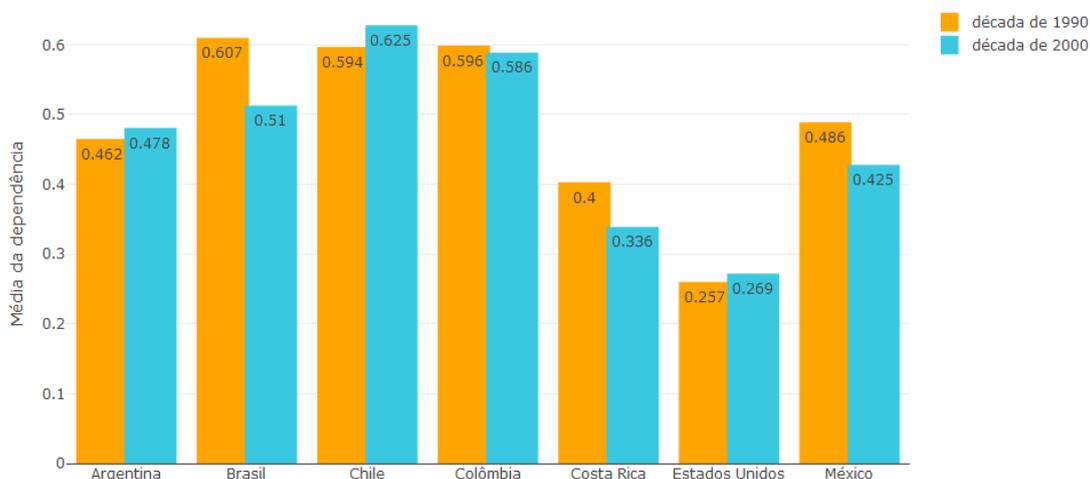
O Gráfico 1 destaca a média de dependência econômica para os países durante todo o período analisado.

**Gráfico 1 – Índice agregado de dependência econômica para os países selecionados**



Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 1 evidencia que o Chile é o país com maior grau de dependência, seguido da Colômbia e do Brasil, enquanto o país da América Latina que se mostra com menor grau de dependência dentro do grupo de países é a Costa Rica, com 0,35. Os Estados Unidos, comparado aos demais países, apresenta o menor grau de dependência, resultado que se deve, entre outros fatores, ao alto desempenho econômico do país.

**Gráfico 2 – Média da dependência (décadas de 1990 e 2000)**

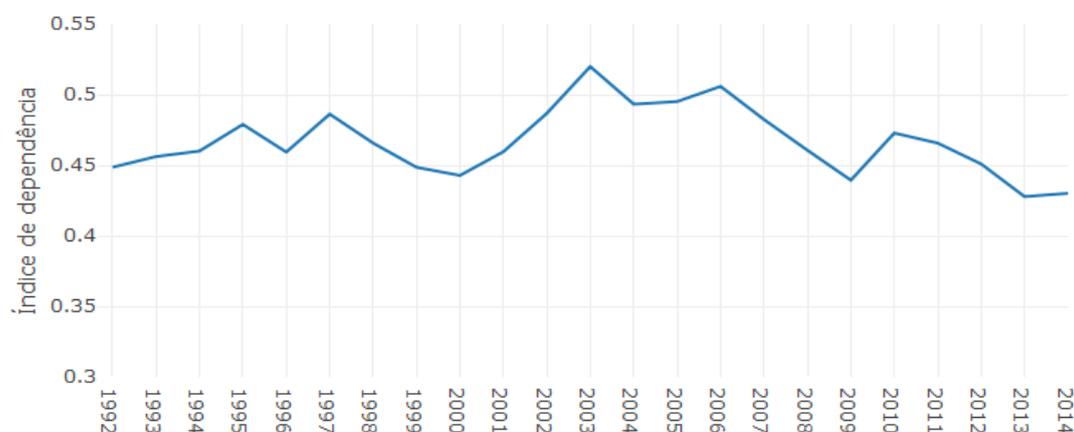
Fonte: elaboração própria.

O Gráfico 2 mostra a média do grau de dependência econômica para os países<sup>5</sup> na década de 1990 e na primeira década de 2000. Os resultados sugerem que, no caso dos países latino-americanos, exceto na Argentina e no Chile, os países apresentam média de dependência maior na década de 1990 do que na década seguinte. Os Estados Unidos, apesar do baixo nível de dependência, apresentam média maior na primeira década de 2000 do que na década anterior.

O Gráfico 3 mostra a trajetória do índice na Argentina.

<sup>5</sup>Não foi calculada a média para o Uruguai devido à inexistência de observações para o país na década de 1990.

**Gráfico 3 – Índice agregado de dependência econômica, Argentina (1992-2014)**



Fonte: elaboração própria.

De acordo com o *IADÉ* da Argentina no período de 1992 a 2014, pode-se observar, apesar de algumas mudanças no sentido da trajetória, uma tendência crescente até 2003 (com exceção do período de 1997-2001). No começo do período, o então presidente do país, Carlos Menem, eleito em 1989, apoiava-se em dois grandes pilares que sustentaram uma política exterior pautada em termos de política econômica. O primeiro pilar da política externa ficou conhecido por “princípio das relações especiais”, que se referia a uma relação estreita e preferencial com os Estados Unidos. Essa posição se sustentava pela noção de realismo periférico, que propunha que, reconhecida a hegemonia deste país, a Argentina deveria se alinhar visando obter benefícios. Em outras palavras, essa ideia estabelece o “alinhamento com os Estados Unidos, entendido em termos de aceitação realista da liderança norte-americana no hemisfério Ocidental<sup>6</sup>”. O segundo pilar da política exterior de Menem consiste na aceitação do paradigma neoliberal econômico. O governo ficou conhecido por implementar um dos mais “ousados” programas de reformas liberalizantes pró-mercado baseado na

<sup>6</sup> O principal norte da política argentina nesse período foi a aceitação do paradigma neoliberal conforme o Consenso de Washington. O neoliberalismo econômico foi apresentado pelos centros de poder mundial (os EUA, as instituições econômicas internacionais, grandes bancos, corporações transnacionais e investidores financeiros) como a solução para todos os problemas dos países subdesenvolvidos (Vadell, 2006). Representantes desses centros se reuniram em Washington em 1989 e criaram um receituário de políticas econômicas liberalizantes a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Dentre as recomendações constava a privatização, maior abertura externa e estabilização macroeconômica.

privatização das empresas públicas, abertura comercial, liberalização financeira, reformas trabalhistas e um projeto de estabilização partindo da adoção de uma taxa de câmbio fixa (Vadell, 2006). Ou seja, a condução da política econômica nesse período pode esclarecer alguns dos fatores que definiram a trajetória do IADE que o país apresentou.

Após uma década recheada de reformas econômicas liberalizantes, abertura comercial e financeira, a Argentina atingiu em 2001 sua pior crise econômica desde os anos 1930. O período que sucede a crise que o país vivenciou em 2001 (no gráfico destacado pelo ano de 2003) pode ser considerado como um ponto de inflexão da trajetória da dependência no país, já que a partir deste ano a tendência se torna, sobretudo, decrescente. Politicamente, ocorria a renúncia do presidente De La Rúa e o início do governo de Néstor Kirchner em 2003, período marcado pelas mudanças significativas tanto em relação à política externa como no modo de ver a economia (Vadell, 2006).

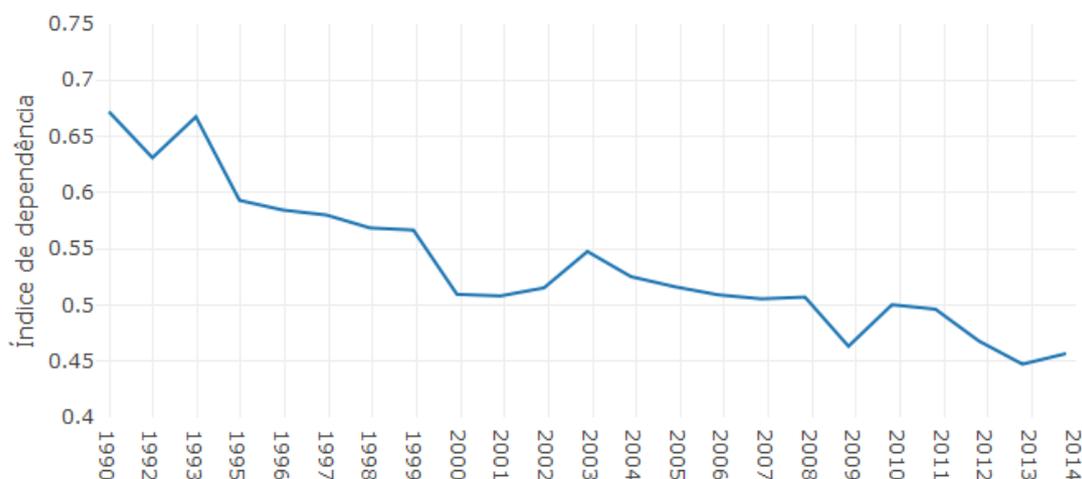
Vadell (2006) destaca dois aspectos relevantes do governo Kirchner. O primeiro consiste na resolução da saída da moratória por meio de uma negociação com os credores privados e com o FMI. A saída do país dessa condição, conseguindo acordos vantajosos, somada à reestruturação da dívida externa, refletiram positivamente em grande parte da população. Em segundo lugar, as relações com o Brasil foram colocadas como prioridade da política externa. As relações com o Brasil foram intensificadas como um mecanismo destinado a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Europeia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC). Em outras palavras, a estratégia do governo Kirchner girou em torno do fortalecimento do Mercosul e das políticas de regionalização como elementos prioritários, inclusive como base para um meio de desenvolvimento alternativo à proposta do Consenso de Washington. Essa estratégia política e econômica se afasta dos princípios econômicos e liberais difundidos no país na década de 1990.

No geral, a década de 1990 e a primeira década de 2000 representam períodos distintos na condução da política econômica na Argentina, fato que refletiu na trajetória do índice de dependência. Na primeira década, houve o aprofundamento das medidas neoliberais à medida que, na segunda década, o Estado tem maior participação nas relações econômicas. A partir disso, os

resultados encontrados parecem sugerir que a adoção de políticas liberais foi um mecanismo que intensificou os reflexos da dependência na economia argentina.

O Gráfico 4 apresenta o índice agregado de dependência econômica para o Brasil, no período de 1990 até 2014.

**Gráfico 4 – Índice agregado de dependência econômica, Brasil (1990-2014)**



Fonte: elaboração própria.

A partir deste gráfico, podemos observar que o índice de dependência da economia brasileira está, no início da trajetória, em um patamar mais elevado que o da economia argentina, visto anteriormente. O Brasil inicia a década de 1990 com quase 0,7 de dependência econômica, enquanto a Argentina, apresentada anteriormente, inicia a sua trajetória em torno de 0,45. Todavia, para o Brasil, verifica-se uma tendência de queda durante a maior parte do período, ainda que em alguns anos o país tenha apresentado uma elevação do índice, como de 1992 a 1993, ou de 2002 a 2003.

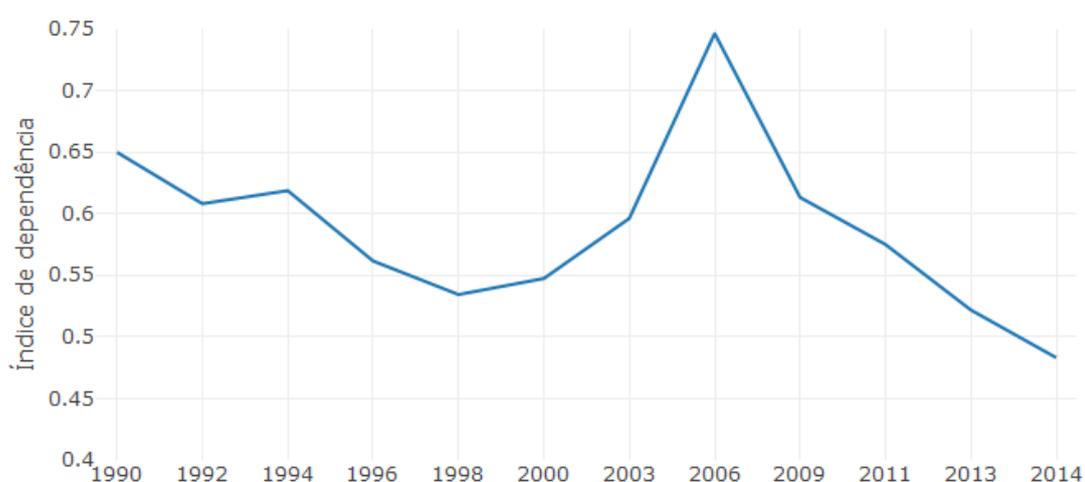
Assim como vimos na Argentina na década de 1990, o Brasil também foi palco de um programa econômico baseado em propostas como abertura comercial, redução do Estado como produtor de bens e serviços e reorganização da administração pública federal. A liberalização comercial ganhou força no período 1990 – 1993, quando ficou decidido reduzir as barreiras não tarifárias eliminando as proibições de importações e as licenças de importação usadas de forma mais ou

menos permanente desde o final da década de 1940 (Abreu; Werneck, 2014). Em resumo, nos anos que sucederam 1990, pode-se considerar um período marcado pela entrada de bancos estrangeiros, mudança de legislação e um significativo processo de privatização.

Apesar de terem vivenciado escolhas parecidas no âmbito econômico, o Brasil teve um comportamento distinto da Argentina. Isso se deve ao fato de que, no Brasil, apesar da adoção de políticas liberais, a dependência econômica do país se reduziu, enquanto na Argentina a adoção de políticas liberais parece ter sido um fator de intensificação da dependência no país. Depois da década de 1990, o índice de dependência apresenta um aumento – de 2002 a 2003 – período que se inicia o governo Lula, retomando, após esse período, sua trajetória de queda. Além disso, é interessante notar que, no ano que sucedeu a crise financeira de 2008, o índice de dependência da economia, tanto para o Brasil como na Argentina, apresentou uma queda, mais acentuada no Brasil. Essa queda da dependência no ano que sucedeu a crise financeira iniciada nos EUA pode ter sido resultado, entre muitos outros fatores, da política anticíclica adotada no Brasil.

O Gráfico 5 apresenta o índice agregado de dependência econômica para o Chile, no período de 1990 até 2014.

**Gráfico 5 – Índice agregado de dependência econômica, Chile (1990-2014)**



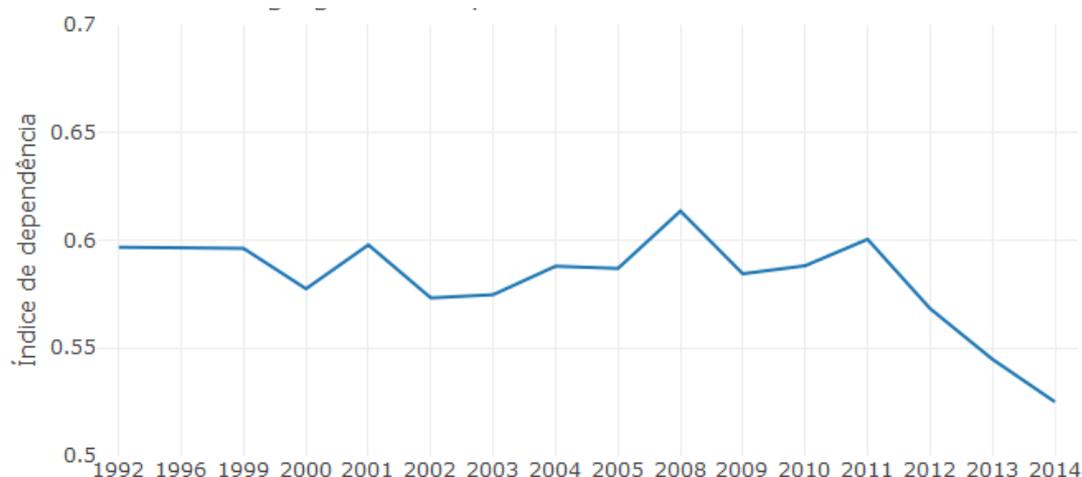
Fonte: elaboração própria.

A trajetória da dependência econômica no Chile desperta atenção por apresentar um aumento vertiginoso do ano de 2003 para 2006 e uma queda de mesma intensidade até o ano de 2009. O país diminui sua dependência no período de 1990 até 1998, período marcado pela adoção de medidas de abertura da economia do Chile. Autores como Ffrench-Davis (2003) caracterizam o período pela continuidade na adoção das medidas neoliberais. Durante essa década, o país passou por um processo de privatizações, desregulamentação e atração de capital externo.

Depois desse período, os resultados indicam que a dependência aumentou até o ano de 2006, quando o índice parece ter atingido seu ápice. No cenário econômico, o país vivenciava um período de recessão (governo Lagos, 2000 – 03). A queda abrupta da atividade econômica se concentrou no setor exportador, que representava cerca de 70% do PIB. Os autores apontam que a queda de 4,5% do crescimento, de 1999 a 2003, explica-se pela queda do dinamismo das exportações, se comparado ao período de 1990-98 (Ffrench-Davis, 2003). Dessa maneira, pode-se considerar o ano de 1998 como um ponto de inflexão da política econômica chilena. Carcanholo (2004) mostra que a formação bruta de capital fixo caiu consideravelmente no final deste ano e, ainda que tenha se recuperado conjuntamente em 2001 e 2002, não voltou aos níveis anteriores a 1998.

Após o ano de 2006, a adoção de políticas evidencia que o Chile retomou a abertura econômica e o índice de dependência volta a diminuir. De modo geral, tanto na década de 1990 como na primeira década de 2000, o país manteve as diretrizes neoliberais de desenvolvimento. Todavia, o que tem incitado debate é o efeito que a adoção da política neoliberal tem produzido no Chile. Autores como Carcanholo (2004) advogam que o neoliberalismo aprofundou a vulnerabilidade externa, o que gerou restrições ao crescimento econômico, ao passo que defensores do neoliberalismo apontam a experiência do Chile como um exemplo a ser seguido.

O Gráfico 6 apresenta o índice agregado de dependência econômica da Colômbia.

**Gráfico 6 – Índice agregado de dependência econômica, Colômbia (1992-2014)**

Fonte: elaboração própria.

Os resultados obtidos para a Colômbia mostram que o país tem um grau elevado de dependência econômica, principalmente quando comparado à Argentina. Quando comparado com o Brasil e o Chile, observa-se que esses países também atingiram um patamar elevado de dependência, mas estritamente durante a década de 1990. A Colômbia persiste em um patamar mais elevado ainda que no ano de 2014. Isto é, o Brasil e o Chile encerram sua trajetória com 0,45 e 0,48, respectivamente, enquanto a Colômbia encerra o ano de 2014 com uma dependência econômica de 0,52.

De uma forma geral, quando se analisa a história da política exterior colombiana, é importante ressaltar que, em grande parte dos anos analisados, o país esteve sob uma forte influência dos Estados Unidos. Em outras palavras, o país ficou marcado por seguir uma doutrina que estabelecia o alinhamento incondicional às diretrizes dos EUA em matéria de política externa, sob a convicção de que, além de pertencer à zona de influência da “estrela polar do norte”, a Colômbia poderia tirar algum proveito dessa associação (Santos, 2010). Essas medidas podem esclarecer, em parte, o grau de dependência encontrado para o país.

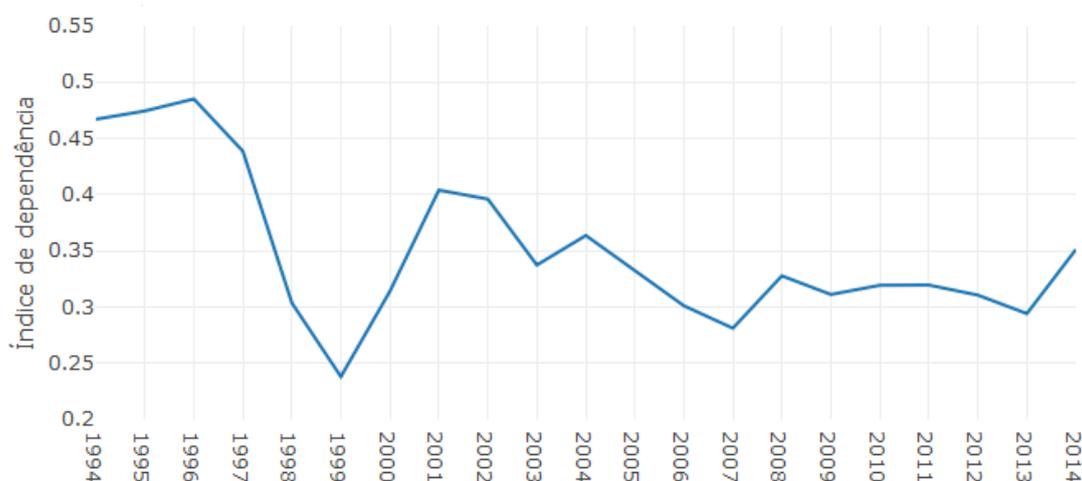
Ao seguir os postulados neoliberais, observa-se que o governo colombiano lançou mão de uma série de reformas visando a abertura econômica, desregulamentação e liberalização do mercado (Echavarría, 2001). O autor

evidencia ainda que, neste período, foi registrada a maior expansão dos gastos públicos na história do país. Assim como na Argentina, tais reformas promovidas na Colômbia foram inspiradas no Consenso de Washington. Além disso, a Colômbia experimentou um aumento significativo no que diz respeito à entrada de capital que, no geral, é explicada por variações nas taxas de juros (Cárdenas; Barrera, 1997).

A partir disso, podemos observar que a adoção de políticas neoliberais, no caso colombiano, parece ter sido um fator de intensificação da restrição externa e da dependência econômica do país. Para Echavarría (2001), o que explica o aumento da vulnerabilidade do país neste período é o aumento dos gastos públicos e privados, a deterioração do balanço de pagamentos e valorização da taxa de câmbio. Mais tarde, em 1998 e em 1999, a economia do país entrou em recessão, gerando efeitos como baixa geração de empregos, baixos níveis de investimento e concentração de renda. O autor aponta ainda que essa série de consequências negativas sobre a atividade econômica da Colômbia se deve à adoção do receituário neoliberal, desde o começo da década de 1990.

O Gráfico 7 apresenta a trajetória do índice agregado de dependência econômica para a Costa Rica.

**Gráfico 7 – Índice agregado de dependência econômica, Costa Rica (1994-2014)**

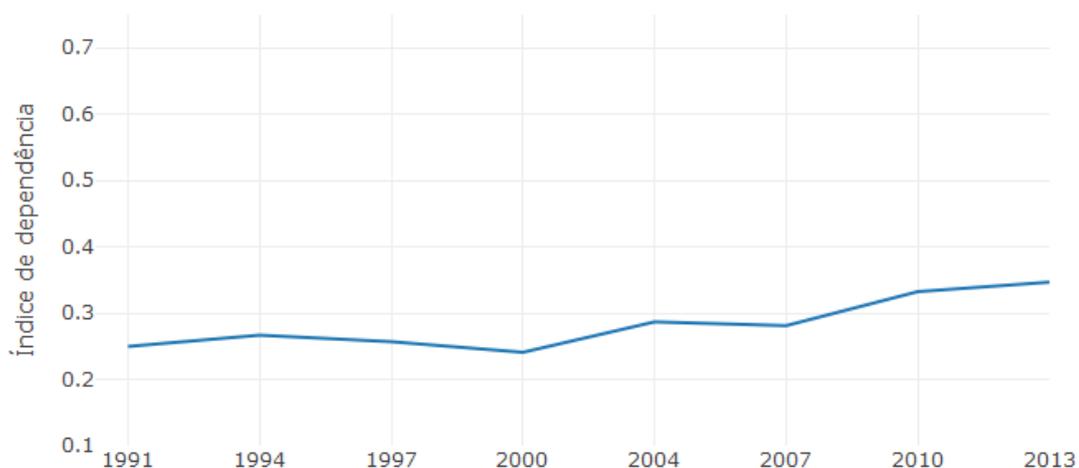


Fonte: elaboração própria.

A Costa Rica foi o primeiro país, do grupo de países latino-americanos deste estudo, que apresentou grau de dependência econômica em torno dos valores de 0,2 e 0,3, sendo ainda o país que apresentou a menor média de dependência econômica no período analisado, aproximadamente 0,35. De 1996 a 1999, observa-se uma queda vertiginosa, seguida por uma elevação do índice até o ano de 2001. No restante do período, até 2014, é possível verificar algumas oscilações do índice, que encerra sua trajetória em 2014 com 0,351. Economicamente, a década de 1990 na Costa Rica foi marcada por uma taxa de crescimento econômico de 5,3%. Na década seguinte, essa taxa caiu para 4,1%. Na literatura, a trajetória de declínio do crescimento não é motivo de surpresa à medida que o país, enquanto país periférico, tende a acompanhar o curso dos países desenvolvidos.

O Gráfico 8 apresenta a trajetória do índice agregado de dependência econômica calculado para os Estados Unidos.

**Gráfico 8 – Índice agregado de dependência econômica, Estados Unidos (1991-2013)**



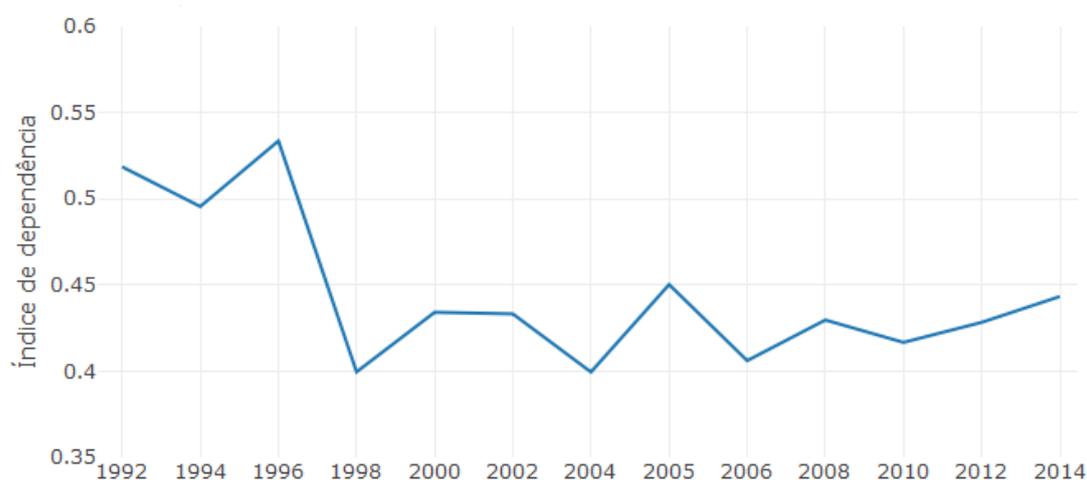
Fonte: elaboração própria.

Ainda que os autores da teoria da dependência ressaltem que os mecanismos da dependência operam nos países periféricos, e não nos países centrais, observar como o índice se comporta nos Estados Unidos é interessante porque deixa claro que a dependência dos países periféricos é maior do que nos países do centro. Mais do que isso, o resultado encontrado para os EUA respalda o índice, mostrando que

é, de fato, uma boa medida da dependência de um país. Os Estados Unidos, país caracterizado por manter políticas de cunho neoliberal, exercem uma forte influência política e econômica no mercado internacional, forçando a abertura da economia de países como os da América Latina. Além disso, o país adota medidas protecionistas no sentido de estabelecer taxas alfandegárias à entrada de produtos estrangeiros no país. O resultado para os Estados Unidos também mostra que o neoliberalismo gera reflexos diferentes quando em países do centro e da periferia.

O Gráfico 9 apresenta o índice para a economia do México, no período de 1992 a 2014.

**Gráfico 9 - Índice agregado de dependência econômica, México (1992-2014)**



Fonte: elaboração própria.

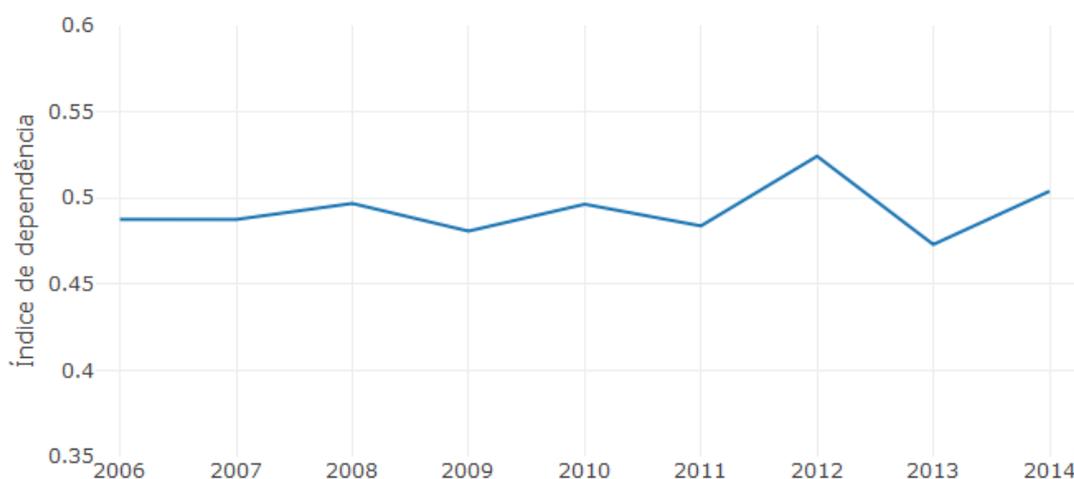
O México, assim como outros países da América Latina estudados nesta pesquisa, tem um índice de dependência mais elevado no começo da série (1992) do que no final (2014). Além disso, a queda significativa do índice no período de 1996 a 1998 desperta atenção e pode ser explicada pelo seguinte. Os déficits comerciais que marcaram a primeira metade da década de 1990 foram revertidos com a desvalorização cambial no início de 1995 e são retomados em 1998, atingindo um déficit de US\$ 10 bilhões ao final de 2001. Isso se deu, entre outros motivos, em função da grande participação das empresas nas exportações mexicanas. Como efeitos da crise de 1994, observa-se uma trajetória de elevação da dívida externa líquida e uma forte recessão econômica. A partir de 1996, quando

a dependência começa sua trajetória de queda, a recuperação econômica do país acarretou no crescimento do PIB, e a dívida externa apresenta uma tendência de queda até o final de 1997. Logo depois, o indicador retoma sua trajetória de crescimento até o primeiro trimestre de 2002, período em que a dependência se mantém estável.

De forma geral, podemos dividir a economia mexicana em dois momentos distintos. Antes da crise cambial de 1994, os indicadores observados em Painceira e Carcanholo (2002) evidenciam uma fragilização crescente das contas externas do país. Após a deflagração da crise até o final da década de 1990, os indicadores, no geral, apresentam uma melhora relativa. No geral, pode-se considerar que o processo de abertura financeira aumentou a vulnerabilidade externa do país, à medida que a necessidade de financiamento externo aumentou no período retratado.

O Gráfico 10 apresenta os resultados obtidos para o Uruguai.

**Gráfico 10 – Índice agregado de dependência econômica, Uruguai (2006-2014)**



Fonte: elaboração própria.

Devido à inexistência de informações sobre alguns subindicadores utilizados na construção do índice, só foi possível calcular o índice no Uruguai no período que compreende 2006 a 2014. Apesar da trajetória desse país chamar atenção durante uma queda de 2012 para 2013, de 0,52 para 0,47, pode-se

considerar que o país segue o “padrão” encontrado nos demais países, uma vez que termina a trajetória com valor menor do que quando se inicia.

O Uruguai, assim como os países vizinhos, abriu sua economia e iniciou um processo de privatização das empresas estatais no início da década de 1990. Todavia, o movimento neoliberal foi menos intenso nesse país. De acordo com Pastorini e Martínez (2014), o Uruguai foi marcado por uma versão neoliberal menos avassaladora se comparada com as experiências da Argentina, do Chile e do Brasil, devido ao fato de que a reforma do Estado uruguaio, impulsionada pelos partidos tradicionais sob o governo de Luis Alberto Lacalle, conseguiu ser parcialmente detida pelo Plebiscito de 1992. Assim, graças ao Plebiscito, algumas privatizações foram impedidas, os gastos públicos diminuíram drasticamente, enquanto a taxa de desemprego cresceu.

## 5. Considerações finais

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960, buscando entender e explicar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Os autores dessa teoria apontam que os países do centro se apropriam de uma mais-valia produzida nos países periféricos. Assim, essa mais-valia passa a integrar a dinâmica de acumulação dos países do centro, e não dos países periféricos, nos quais se originou. Esse processo ficou conhecido, nos termos de Ruy Mauro Marini, como troca desigual. Essa transferência de valor para as economias centrais resulta em um mecanismo de compensação. Ou seja, como a burguesia dos países periféricos é incapaz de compensar a perda de mais-valia no plano das relações de mercado, sua reação é compensá-la no plano da produção interna, por meio da superexploração da força de trabalho.

De todo modo, a América Latina na qual a teoria da dependência tomou forma se tornou distinta da América Latina que se tem hoje. Nesse sentido, esta pesquisa buscou resgatar a teoria da dependência e contribuir na construção de uma estrutura metodológica para análise da dependência nos países de uma forma concreta.

Após a discussão teórica, esta pesquisa buscou, por meio da metodologia, encontrar respostas para as perguntas que incitaram os estudos acerca do tema. Para isso, o terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, isto é, os passos

adotados para a construção do IADE. Por meio da proposta de criação do índice, esta pesquisa preenche uma importante lacuna metodológica existente na teoria, além de contribuir efetivamente para a análise de situações concretas dos países periféricos. Essa foi a principal contribuição da pesquisa, já que um índice, além de ser algo novo nos estudos deste tema, facilita a comunicação dentro da teoria em sua categoria abstrata, podendo ser calculado para qualquer país – central ou periférico – e em qualquer período, desde que estejam disponíveis os dados necessários.

Os resultados encontrados evidenciaram que o Chile ocupa a primeira posição no *ranking* dos países, ou seja, é o país com maior dependência (0,587), seguido pela Colômbia (0,582) e pelo Brasil (0,536). Os países da América Latina apresentaram uma tendência de queda na dependência econômica, ou seja, exceto para a Argentina e o Chile, na década de 1990, o IADE tem uma média maior do que a partir dos anos de 2000. Sugeriu-se ainda que esses resultados encontrados podem ser fruto da política econômica adotada nos países durante o período analisado, ao passo que, de maneira geral, a década de 1990 foi marcada pela adoção do receituário neoliberal, enquanto a partir de 2000, ainda que as medidas neoliberais tivessem sido mantidas, foi evidenciado o fortalecimento de políticas regionais, no sentido de favorecer o bloco de países pertencentes ao Mercosul, dentre algumas políticas de cunho social. Os resultados obtidos para os Estados Unidos corroboram a discussão histórica da teoria que o coloca como país do centro, ao mostrar um baixo grau de dependência econômica do país. De forma geral, os resultados evidenciam ainda sua posição hegemônica sobre os países da América Latina.

Dessa forma, espera-se que a pesquisa tenha contribuído com um primeiro passo para a consolidação de uma metodologia que estrutura as análises concretas da situação de dependência, que a proposta de criação do índice tenha possibilitado um olhar para a dependência sob uma outra perspectiva, que esta pesquisa sirva de inspiração e de fonte para outros trabalhos futuros da dependência e, por fim, que tenha contribuído com a literatura, não só avançando na direção de construir um índice, mas gerando discussão e provocando reflexão sobre a situação de dependência dos países. Ressaltamos ainda que este estudo não tem perspectiva de esgotar esse debate, mas sim contribuir com a literatura no sentido de gerar discussão e provocar reflexão acadêmica sobre a teoria da dependência.

## Referências

- ABREU, M. de P.; WERNECK, R. L. F. Estabilização, abertura e privatização, 1990-1994. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.
- BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database: total GDP 2002. World Bank, 2019. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Acesso em 2 de outubro de 2018.
- CARCANHOLO, M. D. A falsa via chilena: lógica, contradições e limites do modelo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 15, p. 34-61, 2004.
- CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.
- CÁRDENAS, M.; BARRERA, F. On the effectiveness of capital controls: the experience of Colombia during the 1990s. *Journal of Development Economics*, v. 54, n. 1, p. 27-57, 1997.
- ECHAVARRÍA, J. J. Colombia en la década de los noventa: neoliberalismo y reformas estructurales en el trópico. *Cuadernos de Economía*, v. 20, n. 34, p. 57-102, 2001.
- FFRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Santiago: JC Sáez Editor, 2003.
- FRANKLIN, R. S. P. Teoria da dependência: categorias para uma análise do mercado mundial. 296 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARTINS, C. E. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, p. 463-481, 2018.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. CEPALSTAT Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas. [2018]. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Portada.html?idioma=spanish>. Acesso em: nov. 2018.

PAINCEIRA, J. P.; CARCANHOLO, M. D. Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura\\_financaira\\_e\\_vulnerabilidade\\_externa\\_na\\_america\\_latina.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2002/abertura_financaira_e_vulnerabilidade_externa_na_america_latina.pdf). Acesso em: 22 nov. 2018.

PASTORINI, A.; MARTÍNEZ, I. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. *Revista Katálysis*, v. 17, n. 1, p. 59-67, 2014.

PEREIRA, L. P. Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015). 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, M. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010.

UNIVERSITY OF GRONINGEN. Maddison historical statistics: historical development. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/>. Acesso em: nov. 2018.

VADELL, J. A. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, n. 1, p. 194-214, 2006.

VEIGA, J. E. Como pode ser medido o desenvolvimento. In: VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.